



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

PROCESSO LICITATORIO *Nº 020/2020*

DISPENSA DE **LICITAÇÃO Nº 08/2020**

OBJETO: Aquisição de cestas básicas suplementares, em caráter emergencial e temporário, para atender famílias afetadas pela pandemia de Corona Vírus – COVID 19, especificamente àquelas vinculadas a alunos da rede pública municipal de educação.

EMPRESAS PARTICIPANTES:

JOAB LOURENCO COSTA

CECILIA DE JESUS NOBRE E CIA LTDA

CARIVALDO ALVES QUEIROZ MERCADO ME



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

São José das Palmeiras, 01 de Abril de 2020.

DA: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PARA: SECRETARIA DE FINANÇAS

Prezado Senhor;

Solicito que informe a dotação orçamentária para aquisição de cestas básicas suplementares, em caráter emergencial e temporário, para atender famílias afetadas pela pandemia de Corona Vírus – COVID 19, especificamente àquelas vinculadas a alunos da rede pública municipal de educação.

Cordialmente;



GUISLA DARLENE MULLER SALVADOR
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

São José das Palmeiras, 02 de Abril de 2020


De: SECRETARIA DE FINANÇAS
Para: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Excelentíssima Senhora,

Em atenção à solicitação expedida por Vossa Excelência, informamos a existência de previsão de recursos orçamentários para pagamento das obrigações da aquisição de cestas básicas suplementares, em caráter emergencial e temporário, para atender famílias afetadas pela pandemia de Corona Vírus – COVID 19, especificamente àquelas vinculadas a alunos da rede pública municipal de educação, sendo que o pagamento será efetuado através da seguinte dotação orçamentária.

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2020	950	05.001.12.361.0004.2014	111	3.3.90.32.00.00	Do Exercício

Cordialmente;


Aparecida Conceição Sant'Ana Ribeiro
Secretária de Finanças



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

SOLICITAÇÃO

**DA: SECRETARIA DE FINANÇAS
PARA: PREFEITO MUNICIPAL**

1 – OBJETO:

Aquisição de cestas básicas suplementares, em caráter emergencial e temporário, para atender famílias afetadas pela pandemia de Corona Vírus – COVID 19, especificamente àquelas vinculadas a alunos da rede pública municipal de educação.

2 – JUSTIFICATIVA:

A Secretária Municipal de Assistência Social, no exercício de suas atribuições, visando o interesse público, justifica o procedimento de dispensa de licitação para compra dos materiais abaixo indicados, para atender emergencialmente as necessidades de famílias carentes de alunos matriculados na rede pública municipal de educação.

Os alunos da rede municipal de ensino são crianças carentes em uma vulnerabilidade social intensa, dependendo da merenda escolar oferecida. E em decorrência da suspensão das aulas em função das medidas temporárias de combate e prevenção à pandemia do COVID-19, a Secretaria Municipal de Assistência Social deliberou pela concessão de cestas básicas para os alunos da rede municipal de ensino.

Esta providência visa o fornecimento de uma alimentação mínima e a manutenção do valor nutricional que nos dias que hoje vem sendo viabilizado através da merenda escolar, que por vezes é a única ou principal refeição destas crianças.

Além disso, foi sancionada a Lei nº 13.987/2020, no dia 07 de abril de 2020, que inclui o artigo 21-A na Lei nº 11.947/2009, que regulamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A Lei federal visa garantir aos estudantes o acesso à alimentação durante o período de suspensão das aulas, neste momento causado pela pandemia da COVID-19.

Com essa alteração, os Municípios ficam autorizados a distribuir, em caráter excepcional, os gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE diretamente aos pais ou responsáveis dos alunos das escolas públicas, durante o período de suspensão das aulas da educação básica, em virtude da situação de emergência, para que os estudantes possam continuar tendo o acesso à alimentação.

A concessão das cestas básicas será adstrita ao período de isolamento que for necessário para o enfrentamento da pandemia do COVID-19



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

Portanto, diante do quadro excepcional que o município está vivenciando, trata-se de medida emergencial e necessária, em que está presente o interesse público e os requisitos legais.

3 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

O Critério de julgamento será o menor preço unitário do item.

4 - DAS ESPECIFICAÇÕES/VALORES REFERENCIAIS:

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS PRODUTOS	VALOR DEFINIDO
001	600	Un	<p>CESTA BASICA, contendo no mínimo:</p> <p>1 pct. de arroz tipo 1 – de 5 kg; 1 pct. de açúcar – de 2 kg; 1 pct. de feijão – de 1 kg; 2 pct. de macarrão – de 500 g; 1 pct. de farinha de trigo – de 1 kg; 1 un. de óleo de soja – 900ml; 1 pct. de sal – de 1 kg; 1 pct. de café – de 500 gr;</p> <p>DESCRIÇÃO – CESTA BÁSICA:</p> <p>Arroz, branco classe longo fino, tipo 1, sub grupo polido embalagem de 05 kg, isento de matéria terrosa, fungos ou parasitas, livre de umidade. Informações do fabricante, especificações do produto e com validade mínima de 06 meses a contar da data da entrega;</p> <p>Açúcar cristal, especial, aspecto granuloso fino a médio, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, saco plástico atóxico, embalagem de 5kg. Informações do fabricante, especificações do produto e com validade mínima de 06 meses a contar da data da entrega..;</p> <p>Feijão, tipo 1, embalagem de 01kg, grãos de tamanho médio a grande, inteiros, aspecto brilhoso, liso, isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas e livre de umidade e fragmentos ou corpos estranhos, especificações do produto e com validade mínima de 04 meses a contar da data da entrega.</p> <p>Macarrão de sêmola contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e acido fólico e corante natural urucum e cúrcuma, embalagem de 500 g., informações nutricionais, validade mínima de 04 meses a contar da data da entrega.</p> <p>Farinha de Trigo Tipo 1, embalagem de 1kg, aspecto fino, isenta de matéria terrosa, fungos, mofos, parasitas e larvas, livre de umidade e fragmentos estranhos, com especificação dos ingredientes, informações do fabricante, com validade mínima de 04 meses a contar da data de entrega</p>	RS 50,64



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

			<p>Óleo de soja, filtrado no mínimo 5 (cinco) vezes, zero de gordura trans, s/ colesterol, embalagem de 900ml, informações do fabricante, especificação do produto e com validade mínima de 06 meses a contar da data da entrega.</p> <p>Sal refinado iodado, embalagem de 01kg com especificações do produto e com validade mínima de 12 meses a contar da data da entrega.</p> <p>Café torrado e moído, embalagem almofada com 500 gr, especificações do produto e com validade mínima de 04 meses a contar da data da entrega</p>	
--	--	--	---	--

5 - DO LOCAL DE ENTREGA:

O (s) produto (s) deverá (ão) ser (em) entregue (s) no Município de São José das Palmeiras, na Secretaria de Assistência Social.

6 – DO FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA:

O prazo de entrega do produtos é de 72 (setenta e duas) dias, após a o pedido da Secretária de Assistência Social, sendo que a vigência do contrato será de 90 (noventa) dias, após a assinatura do contrato.

7 – DO ACOMPANHAMENTO DA ENTREGA E AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS:

O acompanhamento da entrega dos materiais e serviços ficará (ão) a cargo da servidora, a **Sra. Marisa Mendes de Araújo** e cada secretaria **deverá** solicitar os materiais/serviços, emitindo mensalmente relatório da entrega dos produtos, podendo recusar-se a receber produtos cujo nível de qualidade não seja similar aos especificados no edital.

8 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Permitir o acesso de funcionários dos fornecedores às suas dependências, para a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Termo;

Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento da(s) mercadorias, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato;

Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

Solicitar a(s) mercadoria(s);

Verificação das quantidades da(s) mercadorias(s) entregues;



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

9 – DO PAGAMENTO:

Os pagamentos serão efetuados entre o dia 10 (dez) e o dia 30 (trinta) de cada mês, subsequente ao da entrega dos materiais/serviços a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) - Certificado de Regularidade do FGTS da empresa

10 -DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2020	950	05.001.12.361.0004.2014	111	3.3.90.32.00.00	Do Exercício

11 - DA AUTENTICIDADE DOS ORÇAMENTOS:

Pelo presente declaro que os orçamentos Carivaldo Alves Queiroz Mercado, Joab Lourenco Costa e Cecilia de Jesus Nobre e Cia Ltda, foram por mim recebidos e rubricados, passando integrar o presente Termo de Referência.

GUISLA DARLENE MULLER SALVADOR
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

12 - DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Como condição de classificação, poderá (ao) o Senhor Pregoeiro ou a Comissão Permanente de Licitação promover, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93 diligencias que entender necessárias.

São José das Palmeiras, 13 de Abril de 2020.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

GUISLA DARLENE MULLER SALVADOR
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

São José das Palmeiras, 13 de Abril de 2020.

De: Gabinete do Prefeito

Para: Comissão Permanente de licitação

Prezado Senhor;

Em vista da solicitação da Secretaria de Administração, visando aquisição de cestas básicas suplementares, em caráter emergencial e temporário, para atender famílias afetadas pela pandemia de Corona Vírus – COVID 19, especificamente àquelas vinculadas a alunos da rede pública municipal de educação, fica Vossa Senhoria autorizada a dar prosseguimento a abertura de processo de licitação, consoante com a Lei 8.666/93.

Atenciosamente;


GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal

PARECER - EQUIPE DE NUTRIÇÃO LOCAL

PARECER TÉCNICO N.º 001/2020

ASSUNTO: Distribuição de alimentos da merenda escolar, em virtude da pandemia CORONA VÍRUS - COVID 19.

Em observância a Lei Federal nº 13.987, de 7/04/2020, e, a Resolução nº 2 de 09/04/2020 do Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, mostra-se necessária a distribuição de "kits/cestas básicas" pela Prefeitura de São José das Palmeiras/PR, contemplando no mínimo os seguintes itens:

Arroz, branco classe longo fino, tipo 1, sub grupo polido embalagem de 05 kg, isento de matéria terrosa, fungos ou parasitas, livre de umidade. Informações do fabricante, especificações do produto e com validade mínima de 06 meses a contar da data da entrega;

Açúcar cristal, especial, aspecto granuloso fino a médio, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, saco plástico atóxico, embalagem de 5kg. Informações do fabricante, especificações do produto e com validade mínima de 06 meses a contar da data da entrega..;

Feijão, tipo 1, embalagem de 01kg, grãos de tamanho médio a grande, inteiros, aspecto brilhoso, liso, isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas e livre de umidade e fragmentos ou corpos estranhos, especificações do produto e com validade mínima de 04 meses a contar da data da entrega.

Macarrão de sêmola contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e corante natural urucum e cúrcuma, embalagem de 500 g., informações nutricionais, validade mínima de 04 meses a contar da data da entrega.

Farinha de Trigo Tipo 1, embalagem de 1kg, aspecto fino, isenta de matéria terrosa, fungos, mofo, parasitas e larvas, livre de umidade e fragmentos estranhos, com especificação dos ingredientes, informações do fabricante, com validade mínima de 04 meses a contar da data de entrega

Óleo de soja, filtrado no mínimo 5 (cinco) vezes, zero de gordura trans, s/ colesterol, embalagem de 900ml, informações do fabricante, especificação do produto e com validade mínima de 06 meses a contar da data da entrega.

Sal refinado iodado, embalagem de 01kg com especificações do produto e com validade mínima de 12 meses a contar da data da entrega.

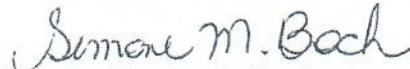
Café torrado e moído, embalagem almofada com 500 gr, especificações do produto e com validade mínima de 04 meses a contar da data da entrega

Por fim, recomenda-se que sejam acrescidas frutas e hortaliças ao kit, oriundos do programa da agricultura familiar, caso estas estejam disponíveis no dia da entrega.

Este é o parecer.

Atenciosamente;

São Jose das Palmeiras, 15 de abril de 2020.


Simone Maristela Bach
Nutricionista CRN 4144



CRAS-Centro de Referência de Assistência Social
Professora Ivone Moreira Guilhem
Rua João Batista das Chagas, nº 991, Fone/Fax: 045-32591587
Cep: 85898-000
São José das Palmeiras - PR

RELATÓRIO

Em levantamento realizado no CRAS, através do Cadastro Único das Famílias e também dos cadastros de atendimentos já realizados, anteriormente, com gêneros alimentícios, a famílias que se encontravam em situação de insegurança alimentar e nutricional, com esse levantamento chegamos a um numero aproximado de 320 famílias que poderão vir a necessitar deste auxilio, em decorrência da pandemia provocada pelo Coronavírus, COVID-19.

Destas 320 familias observamos que cerca de 75 possuem filhos na Rede Municipal de Ensino, sendo que estes também deverão ser atendidos. Tememos ainda que caso a situação venha a se agravar, poderemos ter uma procura ainda maior, portanto à necessidade de nos programarmos com a aquisição de "Cestas Básicas" para suprir essa possível demanda.

Andréia Cristine Zimpel
Assistente Social
CRESS 8518/PR

Andréia Cristine Zimpel
Assistente Social
Decreto: 057/2014 - CRESS 8518/PR

São José das Palmeiras, 14 de Abril de 2020.

Fwd: Alimentação escolar...

1 mensagem

Promotoria de Justiça de Santa Helena . <santahelena.prom@mppr.mp.br>
Para: pmsjpalmeiras@gmail.com, assessoria@sjpalmeiras.pr.gov.br

25 de março de 2020 08:09

----- Forwarded message -----

De: **Promotoria de Justiça de Santa Helena .** <santahelena.prom@mppr.mp.br>
Date: ter., 24 de mar. de 2020 às 15:38
Subject: Alimentação escolar...
To: Procuradoria Jurídica do Município de Diamante D'Oeste <juridico@diamantedoeste.pr.gov.br>, <prefeitura@santahelena.pr.gov.br>, <ouvidoria.sjpalmeiras@gmail.com>

Por solicitação do Promotor Substituto Dr. Klever Lopes Gontijo, solicito que seja encaminhado ofício via e-mail, informando como esta funcionando a questão da alimentação escolar das crianças que estão com aulas suspensas, pois podem haver crianças que necessitem da merenda escolar.

Que cada município informe como o Setor de Assistência Social está lidando com a situação para garantir o fornecimento de alimentação para estes alunos.

Grato,

Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Helena-PR

Ministério Público***(45)3268-1683******Ministério Público do Estado do Paraná******www.mppr.mp.br***Livre de vírus. www.avast.com.

Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Helena-PR

Ministério Público***(45)3268-1683******Ministério Público do Estado do Paraná******www.mppr.mp.br***



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

DA: ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

PARA: Prefeito Municipal

Assunto: Parecer sobre DISPENSA de Licitação n.º: 08/2020

A apreciação deste setor Jurídico, processo para análise e aprovação, nos termos do artigo 24, inciso IV, da lei 8.666/93 com suas alterações, o processo de Dispensa de Licitação, que objetiva a aquisição de cestas básicas suplementares, em caráter emergencial e temporário, para atender famílias afetadas pela pandemia de Corona Vírus – COVID 19, especificamente àquelas vinculadas a alunos da rede pública municipal de educação.

É fato notório a situação calamitosa mundial causada em decorrência da quantidade de contaminação e transmissão ocorrida pela doença causada pelo novo Corona Vírus – COVID 19.

De tal modo, foi declarada a situação de pandemia pela OMS – Organização Mundial da Saúde em razão da grande expansão do vírus COVID 19 (Coronavírus).

Neste sentido, a administração pública municipal, por intermédio do DECRETO MUNICIPAL n.º 027/2020, de 17 de março de 2020, determinou a suspensão das aulas da rede pública municipal a partir de 20.03.2020, por entender que a escola seria um potencial vetor de transmissão do vírus.

Entretanto, observa-se que muitos alunos, oriundos de famílias carentes, tiveram consequentemente a suspensão da merenda escolar, a qual mostrava-se fundamental na nutrição destes.

Preocupando-se com tal situação, a LEI Nº 13.987, DE 7 DE ABRIL DE 2020, garantiu aos estudantes o acesso à alimentação durante o período de suspensão das aulas, neste momento causado pela pandemia da COVID-19, vejamos:

Art. 1º A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 21-A:

“Art. 21-A. Durante o período de suspensão das aulas nas escolas públicas de educação básica em razão de situação de emergência



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

ou calamidade pública, fica autorizada, em todo o território nacional, em caráter excepcional, a distribuição imediata aos pais ou responsáveis dos estudantes nelas matriculados, com acompanhamento pelo CAE, dos gêneros alimentícios adquiridos com recursos financeiros recebidos, nos termos desta Lei, à conta do Pnae."

Por outro lado, a Lei Federal n.º 13.979/2020, alterada pela Medida Provisória n.º 926/2020, promoveu uma série de modificações emergenciais na forma de realização e gerenciamento de contratações administrativas.

Com a Medida Provisória n.º 926, que alterou a redação originária da Lei 13.979/2020, a redação do "caput" do artigo 4º foi alterada. O texto inicial, que previa que "fica dispensada a licitação (...)", passou a indicar que "É dispensável a licitação (...)".

A Lei n.º 13.979/2020 segue reconhecendo a validade do procedimento de dispensa nas hipóteses previstas, mas recorda que as modalidades ordinárias do pregão eletrônico e presencial ainda devem ser consideradas como alternativas prioritárias, desde viáveis dentro das circunstâncias fáticas e legais do caso concreto.

Por outro lado, em que pese a sugestão do TCE/PR pela aplicação do procedimento do pregão eletrônico, é imperioso destacar que o município ainda não dispõe de plataforma implementada para sua utilização.

Optar por sua implementação, no meio de uma crise pandêmica, poderia ocasionar prejuízos irremediáveis a saúde pública local, já que retardaria a compra de materiais básicos de higienização e assepsia.

Em regra, quando se fala em contratação em situação emergencial ou decorrente de calamidade pública em entes públicos, a primeira alternativa considerada é o art. 24, IV, da Lei n.º 8.666/1993.

Pois bem. Considerando que a pandemia de coronavírus que acomete o Brasil no ano de 2020 atingiu de forma ampla e irrestrita todas as regiões do país, a Lei Federal n.º 13.979/2020 criou nova hipótese de dispensa, cuja aplicação independe de prévia decretação de estado de emergência ou calamidade pelo ente que a aplicar (art. 4º-B e 4º-H).



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

De todo modo, o Decreto Municipal n.º 029/2020 decretou a situação de emergência no âmbito do município de São José das Palmeiras, definindo as medidas de combate a pandemia em questão.

No caso em tela, percebe-se que a aquisição de cestas básicas suplementares, em caráter emergencial e temporário, para atender famílias afetadas pela pandemia de Corona Vírus – COVID 19, especificamente àquelas vinculadas a alunos da rede pública municipal de educação, visa impedir a descontinuidade do serviço público, já que as crianças recebiam alimentação nas dependências escolares.

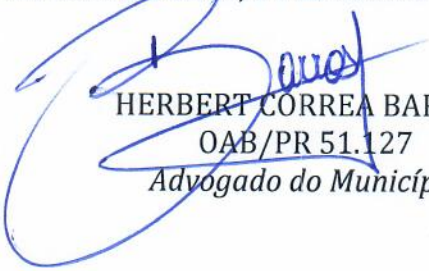
Neste sentido, acerca do princípio da continuidade dos serviços públicos, a doutrina administrativista especializada lança os seguintes ensinamentos, “in verbis”:

“Esse princípio indica que os serviços públicos não devem sofrer interrupção, ou seja, sua prestação deve ser contínua para evitar que a paralisação provoque, como às vezes ocorre, colapso nas múltiplas atividades particulares”. (CARVALHO FILHO, J. S. Manual de Direito Administrativo, 23 Ed. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, p. 360).

Assim, caracteriza a situação emergencial, não previsível e passível de gerar transtornos irreparáveis, a qual está devidamente amparada em lei, e, fica claro que não haverá prejuízo ao Erário, pois restam caracterizadas as condições legais estabelecidas na Lei Federal n.º 8.666/1993.

Pois bem. Da análise da documentação apresentada denota-se a existência de elementos suficientes para deflagrar o processo com base na dispensa, razão pela qual se encontra o presente processo aprovado por este Setor Jurídico e em condições de ser autorizado por Vossa Excelência, se assim entender conveniente a Administração Pública.

São José das Palmeiras, 14 de Abril de 2020.


HERBERT CORREA BARROS
OAB/PR 51.127
Advogado do Município



Estado do Paraná

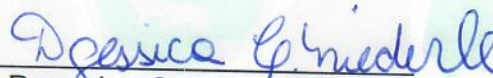
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33


PROCESSO LICITATORIO Nº 020/2020
PROCESSO DE DISPENSA Nº 08/2020

A Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 02, de 07 Janeiro de 2019, sendo a Sra. Dgessica Caroline Niederle, Danubia Cassia da Silva Bernabé, Sheila Andréia Borba de Oliveira Nunes, conclui pela dispensa com base no Artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 do Processo Licitatório para aquisição de cestas básicas suplementares, em caráter emergencial e temporário, para atender famílias afetadas pela pandemia de Corona Vírus – COVID 19, especificamente àquelas vinculadas a alunos da rede pública municipal de educação.

São José das Palmeiras, 14 de Abril de 2020.


Dgessica Caroline Niederle
Presidente


Danubia Cassia da Silva Bernabé
Membro


Sheila Andréia Borba de Oliveira Nunes
Membro



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PROCESSO LICITATORIO Nº 020/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2020

I - OBJETO: Aquisição de cestas básicas suplementares, em caráter emergencial e temporário, para atender famílias afetadas pela pandemia de Corona Vírus – COVID 19, especificamente àquelas vinculadas a alunos da rede pública municipal de educação.

II – FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

III – CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO: A aquisição se faz necessária para distribuir, em caráter excepcional, os gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE diretamente aos pais ou responsáveis dos alunos das escolas públicas, durante o período de suspensão das aulas da educação básica, em virtude da situação de emergência, para que os estudantes possam continuar tendo o acesso à alimentação.

IV – FORNECEDOR: Carivaldo Alves Queiroz Mercado - ME

Endereço: Av. José Bonifácio, 1107 – centro

Cidade: São José das Palmeiras - PR

CNPJ/MF: 02.711.128/0001-99

V – RAZÃO DA DISPENSA: O valor a ser gasto pelos serviços está dentro do limite de dispensa previsto no Art. 24, inciso IV, da lei nº 8.666/93

VI – PREÇO: O valor será de R\$ 30.384,00 (trinta mil, trezentos e oitenta e quatro reais).

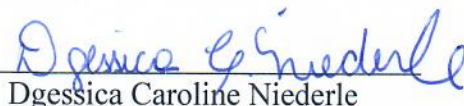
VII – JUSTIFICATIVA DE PREÇO: Consultando empresas com ramo de atividade pertinente ao objeto solicitado, encontrou-se o menor preço por cotação efetuada, na empresa Carivaldo Alves Queiroz Mercado – ME.

VIII – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2020	950	05.001.12.361.0004.2014	111	3.3.90.32.00.00	Do Exercício

IX -PRAZO: O (s) produto (s) deverá (ao) ser (em) entregue (s) pela empresa contratada em até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação da Secretaria de Assistência Social . A vigência do contrato será de 90 (noventa) dias.

São José das Palmeiras, 15 de Abril de 2020




Dgessica Caroline Niederle

Presidente



Danubia Cassia da Silva Bernabé
Membro


Sheila Andréia Borba de Oliveira Nunes
Membro



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

APROVO, com fundamento nas razões acima expostas, as quais utilizo para decidir em 15/04/2020.

GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal





Estado do Paraná

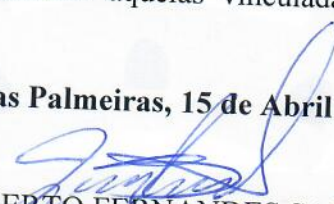
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

PROCESSO LICITATORIO Nº 020/2020
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2020

Com fundamento no inciso IV, do Art. 24, da Lei n.º 8.666/93, dispensei a licitação em favor da empresa **Carivaldo Alves Queiroz Mercado - ME**, localizada na Av. José Bonifácio, 1107 – centro – São José das Palmeiras - PR, inscrita sob o CNPJ de n.º 02.711.128/0001-99, para a aquisição de cestas básicas suplementares, em caráter emergencial e temporário, para atender famílias afetadas pela pandemia de Corona Vírus – COVID 19, especificamente àquelas vinculadas a alunos da rede pública municipal de educação.

São José das Palmeiras, 15 de Abril de 2020.


GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR
EXTRATO DE DISPENSA Nº 08/2020

DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Aquisição de cestas básicas suplementares, em caráter emergencial e temporário, para atender famílias afetadas pela pandemia de Corona Vírus – COVID 19, especificamente àquelas vinculadas a alunos da rede pública municipal de educação.

Fundamento legal: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93

Contratada:

IV – FORNECEDOR: Carivaldo Alves Queiroz Mercado - ME

Endereço: Av. José Bonifácio, 1107 – centro


Cidade: São José das Palmeiras - PR

CNPJ/MF: 02.711.128/0001-99

Preço: R\$ 30.384,00 (trinta mil, trezentos e oitenta e quatro reais)..

Prazo: Os produtos deverá (ao) ser (em) entregue (s) pela empresa contratada em até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação de Assistência Social. A vigência do contrato será de 90 (noventa) dias.

São José das Palmeiras, 15 de Abril de 2020.


GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente licitação de acordo com o resultado exarado pela Comissão de Licitação a Dispensa de Licitação nº 08/2020, adjudicando o objeto de Bem/Serviço adquirido: Aquisição de cestas básicas suplementares, em caráter emergencial e temporário, para atender famílias afetadas pela pandemia de Corona Vírus – COVID 19, especificamente àquelas vinculadas a alunos da rede pública municipal de educação.

A empresa vencedora foi: **Carivaldo Alves Queiroz Mercado – ME**, com o valor total de R\$ 30.384,00 (trinta mil, trezentos e oitenta e quatro reais).

Ficando autorizado o órgão competente da Prefeitura a expedição de documentos respectivos para a plena consolidação do previsto nesta licitação.

São José das Palmeiras, 15 de Abril de 2020.


GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal